

## APRESENTAÇÃO

O presente volume da *Grau Zero: Revista de Crítica Cultural*, intitulado *Políticas Culturais e Crítica Cultural*, traz para cena uma rede interdiscursiva acerca das políticas culturais e étnicorraciais numa perspectiva da crítica cultural. A consolidação do Estado Democrático de Direito brasileiro pressupõe a discussão sobre as culturas, seus espaços e manifestações, bem como a crítica que se faz a esses elementos e as articulações possíveis entre aqueles e as políticas culturais, na intenção de ressignificar a institucionalização da cultura.

Por conseguinte, políticas públicas culturais é o espaço onde diferentes agentes se relacionam em um regime de tensão que opõe expressividades e arranjos culturais e diferentes matrizes. Na cultura e nas políticas públicas coexistiriam tensionamentos comuns às expressividades de caráter tradicional e populares, valorizadas ou não, em termos de cultura contemporânea. A busca dialética entre agentes a-barcados ou excluídos desse processo é ponto nodal para a percepção das contradições inerentes à cultura contemporânea.

Nessa edição, o dossiê volta-se para as perspectivas de legitimação das políticas públicas culturais pela iniciativa popular ou, em via contrária, a iniciativa popular como ponto de partida para a formulação de políticas públicas culturais buscando ressignificar o sentido da governabilidade em temas como editais, produtos culturais, espaço de recepção, representação tradicional popular e contemporânea, estudos sócio-econômicos da cultura, economia da cultura, indústrias culturais, indicadores culturais, estatísticas culturais, diversidade cultural e desenvolvimento, consumo de bens e serviços culturais, cultura e propriedade intelectual.

A propósito desta abordagem teórica, os artigos que compõem este volume, versam sobre os direitos culturais,

identitários e políticos dos sujeitos como algo que precisa ser colocado em questão para que possa emergir novos posicionamentos, novos quilombos, visando à democratização cultural e de políticas étnico-culturais.

A tarefa de investigar a potência dos signos culturais colocados em movimento para diferentes propósitos, que perpassam as mais diversas esferas da existência humana, ora atuando como vetores de opressão de uma sociedade engolida pelo capitalismo selvagem ora apresentando-se como ferramenta colocada à disposição das minorias para enfrentar a alienação e subordinação impostas por setores e grupos ligados ao capital, vai se revelando ao longo das leituras e suas articulações teóricas.

Na abertura dos diálogos, temos as reflexões sobre as políticas culturais para o livro e o escritor, Vanise Albuquerque Santos em seu artigo “Atuais políticas de cultura — e a literatura?” nos traz um recorte de sua pesquisa, investigando até que ponto há (ou não) um movimento de fortalecimento da cultura literária, já que a atual política cultural traz como bases estruturais as dimensões simbólica, econômica e cidadã da cultura. O trabalho apresentado no artigo procura recortar o espaço local como espaço de excelência da realização das políticas, das trocas e das transformações socioculturais.

Como resultado, a autora demonstra que além da constatação da existência de um rico acervo de escritores que não cessam em produzir, tornou-se visível a construção de um possível roteiro rizomático capaz de ativar uma máquina de guerra contra certa concepção hegemônica e excludente de fazer cultura.

O texto seguinte procura apresentar as iniciativas do Ministério da Cultura — MINC na implantação e acompanhamento das ações de cultura do Plano Juventude Viva, na cidade de Maceió/AL, cuja autora Fabiana Guimarães Xavier visibiliza, no texto “Cultura e Plano Juventude Viva em Ma-

ceió/Alagoas: Implantação, metas, participação popular da juventude negra e desenvolvimento das ações do plano”, a integração de diferentes políticas públicas, apontando uma crescente movimentação cultural, apesar dos índices de violência ainda serem elevados.

É relevante destacar que o PVJ visa reduzir a violência contra a juventude brasileira, especialmente, os jovens negros, principais vítimas de homicídios. As ações conjuntas entre o Estado e a sociedade civil, sobretudo em bairros periféricos, apesar da insuficiência de esforços e recursos, consolida um movimento em prol da promoção da defesa da juventude e resistência da cultura negra.

Já com o trabalho intitulado “Educação indígena Rikbaktsa: impactos socioculturais”, Mileide Terres de Oliveira reflete acerca dos desafios linguísticos dos ameríndios Rikbaktsa, situados no estado do Mato Grosso, diante do processo de extinção da língua nativa, apontando a educação indígena como uma significativa conquista, mas que encontra dificuldades por falta de professores capacitados, e, por outro lado, a migração dos índios para dar continuidade aos estudos nas escolas urbanas exige a adaptação ao sistema globalizado.

Ao discutir os aspectos da influência capitalista no âmbito da cultura indígena, a autora traz trechos de entrevistas de indígenas e não índios que demonstram o impacto da inserção dos Rikbaktsa no mundo globalizado, inclusive o atraso dos modos operantes da escola urbana (faculdade, por exemplo), por não saber lidar com a diferença. Evidencia-se ainda que o imaginário dos não índios continua permeado de discursos hegemônicos que inferiorizam tais culturas, mesmo quando pretendem dizer o contrário.

Em “Laboratório de formas: território e desterritorialização na publicação independente do livro” de Francisco Gabriel de Almeida Rêgo, traça-se uma cartografia de outro modo de operar com a produção, distribuição e recepção do

livro. As políticas de editais possibilitaram a experimentação do projeto *Mostra Conta Salvador*, que se dirige aos escritores baianos atuantes no mercado editorial alternativo, através da edição em formato livreto, lançamento e disponibilização das obras para o público. O presente artigo mostra que o projeto em destaque dissocia-se de modelos editoriais vigentes, “territorializados”, excludentes, evidenciando uma espécie de “desterritorialização” das publicações, criando outras rotas para fazer circular a produção literária independente.

Nesse sentido, o autor nos apresenta uma linha de fuga através da conquista de editais como meio para implodir a lógica dominante de produção do livro imposta pelas grandes editoras, utilizando-se da própria máquina do Estado para reverter a invisibilização daqueles que estão às margens do mercado.

Ultrapassando as fronteiras nacionais, encontramos uma reflexão sobre as diferentes configurações possíveis e os impactos para o reconhecimento de direitos de grupos distintos colocados sobre um mesmo signo de nação. No texto “Los movimientos indígenas y la reconfiguración de los estado/ nación latinoamericanos”, de autoria de Mauricio Alejandro Diaz Uribe, somos convidados a refletir sobre os movimentos pelos direitos das etnias submetidas por um Estado Democrático de Direito que quer configurar todos de forma homogênea.

O texto se apresenta como uma oportunidade para pensar os impactos da normalização criada pelo Estado, cuja intenção é abarcar as diferenças fazendo-as silenciar, apagando seus traços culturais e suas possibilidades reivindicatórias. O convite é para pensar a potência criadora de vida que pode se estabelecer por meio da politização da diferença, potencializando a luta e defesa pelo lugar ou território, abrindo espaço para a reinvenção de uma identidade étnica positiva, isto no contexto de um Estado Multicultural.

“O Ministério da Cultura de Gilberto Gil e a noção de cultura da Tropicália” de Paula Oliveira Campos Augusto estabelece uma reflexão acerca das instabilidades semânticas que o termo adquiriu em seu percurso, buscando aproximar-se do sentido de ruptura e das possibilidades utópicas do signo. Percorre por diversos discursos teóricos que problematizam a oposição de sentidos entre a escolha dos termos Tropicismo X Tropicália, pondo em evidência as relações de forças inseridas na construção semântica das discursividades conflitantes.

A autora analisa a forma como o conceito de cultura intrínseco ao momento Tropicália conduziu a gestão do então ministro da Cultura Gilberto Gil, dentro de uma perspectiva libertária e questionadora da modernidade ocidental, proporcionando uma visão do ministro-artista como um ponto de intersecção entre a cultura e a política, fazendo dialogar esferas que comumente são apresentadas como antagônicas.

Como nem só de concretude vive o ser humano, em seu artigo “O real e a fantasia na assunção da identidade quilombola”, de Arleide Farias de Santana, apresenta notas sobre a construção identitária quilombola, observando ser esta permeada de discursos folclóricos que forjam o “ser negro”, tais representações encenadas não dizem respeito ao que realmente são: quilombolas. A criação de um quilombo mítico impõe limites para a construção de identidades coletivas. Lutar pelo direito de pertencer a um território implica na luta pela existência, pela história, e por ter suas crenças valorizadas e respeitadas.

Os eventos festivos do reconhecimento da Fundação Cultural Palmares da comunidade quilombola da região do Buri, Pedrão-BA, revelam não só as incompreensões sobre o simbólico e o imaginário, mas as práticas discriminatórias que inferiorizam o “ser negro”, a “segregação” e a demonização da sua religiosidade. Por último, a autora argumenta que

o quilombo é uma metáfora, uma espécie de reinvenção das formas de resistência contra as doenças da sociedade.

Em relação à “Produção literária e cultural: entre entaves estatais e a participação cidadã”, Taíse Campos dos Santos Pinheiro de Souza, apresenta uma importante contribuição para as reflexões encetadas sobre o direito de produção e circulação maiores da escrita feminina negra, indagando sobre a atuação do Estado para com o estabelecimento de políticas públicas que considerem a literatura inscrita sobre os eixos do gênero e da raça. Situa-se, portanto, no campo da Crítica Cultural, através da problematização dos aspectos ligados a questão de políticas públicas para a escrita literária, para o livro e a leitura.

A autora inquire o espaço dentro do Estado concedido às políticas públicas que ampliem a participação dos escritores e escritoras negras, de suas produções, na construção da cidadania e atuação política mais efetiva, considerando que tais minorias subalternizadas experimentam constante violência em seus direitos. Como forma para combater tais atrocidades, a escrita apresenta-se como ferramenta e arma na conquista de direitos.

Compondo ainda esse número, temos a entrevista “Políticas, emaranhamentos e outras indiscernibilidades criativas” concedida ao mestrando em Crítica Cultural Francisco Gabriel de Almeida Rêgo pelo compositor e maestro Paulo Oliveira Rios Filho, que nos conta um pouco de sua trajetória, abordando a complexidade inerente ao conceito de música contemporânea. É possível perceber ao longo da conversa o posicionamento crítico do entrevistado, destacando a importância da música como meio capaz de deslocar o lugar comum musical sob a batuta da exploração e experimentação das possibilidades, que segundo pensa, devem ser testadas também na vida.

Para ele, em diversos momentos de sua própria produção, esse conceito estaria, constantemente, tensionado com

a “música popular” e tradicional, numa interação dinâmica, pautada pela constituição de linhas de fuga e diferenciações criativas. Aqui, a lógica parece ser clara: a busca de uma arte como um movimento constante de reposicionar e movimentar formas de conhecimentos. Em especial, a informalidade e agudez com que o compositor delinea o atual cenário da música na contemporaneidade, são fundamentais para percebermos os tensionamentos e complexidades inerentes aos novos arranjos produtivos no âmbito das atuais políticas culturais.

Lançando um olhar a partir do lugar de fala institucional do Estado, trazemos “Micro cenários das Políticas Culturais da Bahia”, entrevista realizada pelo mestrando em Crítica Cultural Leandro Alves de Araújo, concedida pelo Superintendente de Cultura na Bahia Sandro Magalhães. Nesse diálogo, o entrevistado apresenta o percurso trilhado pela Superintendência de Cultura da Bahia no desafio constante de consolidar políticas públicas que expressem a centralidade da cultura na transformação e no desenvolvimento social e valorizem a diversidade cultural da Bahia, nas suas dimensões territorial, simbólica, econômica e de cidadania.

Durante o diálogo, vai se estabelecendo um painel dos micro cenários em que o Estado tem atuado através de diferentes políticas públicas e programas de incentivo na Bahia, interiorizando o acesso aos recursos estatais e pulverizando as ações na tentativa de alcançar os municípios e suas demandas.

O conjunto de textos e entrevistas criam um fragmento de mapa que vai nos conduzindo a refletir sobre a potência do campo da cultura como gerador de valores éticos e estéticos, capazes tanto de escravizar quanto de libertar os indivíduos, de desequilibrar as relações de força entre os distintos grupos dos mais antagônicos interesses.

Assim é que temos o prazer de entregar mais um volume da Grau Zero para a apreciação e reflexão dos leitores,

convidando-os a enveredar-se pelas sendas e reentrâncias desse território chamado cultura.

Edmario Nascimento da Silva